

**MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO –
PONTOS PARA DISCUSSÃO**

José Roberto Nunes de Azevedo



**MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO
AGROHIDRONEGÓCIO – PONTOS PARA DISCUSSÃO**

**MOBILITY OF CAPITAL AND EXPANSION OF
AGROHYDRONEGOIC - POINTS FOR DISCUSSION**

José Roberto Nunes de Azevedo – UNESP – Presidente Prudente – São Paulo - Brasil

joserobertocosmos@yahoo.com.br

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo principal demonstrar algumas características do movimento do capital canavieiro no Brasil e particularmente no Mato Grosso do Sul. A referida investigação foi desenvolvida entre 2007 e 2013 mediante levantamento bibliográfico, pesquisa documental e compilação de dados e informações junto à mídia especializada, além de trabalhos de campo em áreas de expansão do agrohidronegócio canavieiro. Verificou-se que a expansão e retração dos investimentos do capital nacional, em consórcio ao capital internacional, efetivado pela colaboração política, econômica e tecnológica, num jogo articulado de relações onde as manobras e estratégias são elaboradas tendo em vista maximizar a reprodução do capital em nível mundial.

PALAVRAS-CHAVES: Agrohidronegócio; Mobilidade do Capital; Território.

ABSTRACT:

The main objective of this article is to demonstrate some characteristics of the movement of sugarcane capital in Brazil and particularly in Mato Grosso do Sul. This research was carried out between 2007 and 2013 through a bibliographical survey, documentary research and the compilation of data and information with the specialized media, In addition to fieldwork in areas of expansion of sugarcane agro-business. It was verified that the expansion and retraction of the investments of the national capital, in consortium with the international capital, is effected by the political, economic and technological collaboration, in an articulated game of relations where the maneuvers and strategies are elaborated with a view to maximize the reproduction of the Capital at world level.

KEYWORDS: Agrohidronegócio; Capital Mobility; Territory.

INTRODUÇÃO

Destaca-se no presente texto a necessidade de conhecer a dinâmica do agrohidronegócio¹ no Mato Grosso do Sul, suas estratégias, alianças e contradições como medida para repensar o modelo de desenvolvimento adotado para o campo brasileiro, pautado na produção de *commodities*, de modo a correlacioná-lo no contexto brasileiro.

Coloca-se em questão um modelo de produzir que se caracteriza fundamentalmente por atender os interesses externos, mas com marcas territoriais que ligam-se diretamente ao poder local e regional².

Na verdade edifica-se no território uma teia de relações entre os agentes econômicos de um lado e os atores políticos de outro que caminham em torno de objetivo único baseado no espetáculo da produção a todo custo que é demonstrado pela própria evolução das safras de Cana-de-açúcar.

Em termos históricos vale precisar que desde meados da década de 1940 o estado de São Paulo aparece em destaque no âmbito nacional haja vista sua grande expansão e particularmente a partir de 1950 quando torna-se o maior produtor de açúcar do país, o que implica em desbancar justamente o Pernambuco que mantia liderança absoluta desde o período colonial no Brasil.

Por sua vez, durante a 2ª Guerra Mundial, conforme aponta Andrade (1994), o governo perdeu o controle da produção, quando, por exemplo, a navegação de cabotagem foi praticamente desorganizada e o açúcar produzido no nordeste não tinha mais condições de chegar ao sudeste e ao sul do Brasil.

É nesses termos que as indústrias aumentam o poder de pressão e passar a ocorrer a implantação de novas agroindústrias canavieiras em estado que não apresentavam tradição no setor em pauta, sendo que a Cana-de-açúcar passa a ocupar no

¹ Esse conceito foi desenvolvido originalmente por Antônio Thomaz Júnior (2009) o qual orientou a Tese: “As ações do agrohidronegócio, o papel do Estado e as formas de controle do trabalho no Mato Grosso do Sul” de nossa autoria e da qual extraímos algumas considerações para realizar a presente reflexão.

² Fizemos em co-autoria com Antônio Thomaz Júnior, algumas considerações a respeito da territorialização do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul e as relações de poder em artigo denominado: “A aliança entre Estado e capital na agroindústria canavieira sul-mato-grossense” In.: ANAIS do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010. p.1-10.

MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO – PONTOS PARA DISCUSSÃO

José Roberto Nunes de Azevedo

país áreas anteriormente dominadas, por exemplo, por pastagens, cafezais³, algodão etc. (ANDRADE: 1994).

Põem-se em relevo os anseios e aspirações da classe dominante em torno das possibilidades de investimentos e reversão de capital através de uma lógica dominante que obedece aos preceitos do lucro. Isto é particularmente importante na medida em que nota-se que o Brasil atraiu cerca de US\$ 1,76 bilhões de um total de US\$ 5,6 bilhões investidos em unidades agroprocessadoras de Cana-de-açúcar em todo o mundo em 2010.

Vimos que a própria dinâmica do capital que se expressa através de intensa mobilidade pelo território, seleciona áreas e define estratégias de ação em torno da produção e circulação de mercadorias, uma vez que faz parte do seu projeto hegemônico dominar o conjunto das relações que encerram o mundo das mercadorias.

Nesse contexto, ficam em segundo plano aos agentes do capital as consequências imediatas de sua investida sobre o território, ou seja, o importante é, permitir o funcionamento pleno dos empreendimentos.

Assim os custos sociais não são contabilizados sendo maximizados apenas a oferta e geração de emprego na área. São escamoteadas as consequências diretas e indiretas sobre o conjunto da sociedade e o meio ambiente no qual se estabelece as relações de produção, e em especial os trabalhadores diretamente envolvidos.

O meio ambiente é colocado em segundo plano e questões como a poluição advinda das queimadas e consequente agravamento de doenças respiratórias, a geração de fuligem, a contaminação dos rios por efluentes lançados pelas agroindústrias canavieiras, entre outros são simplesmente negligenciados em nome do dito progresso.

Tão logo, cabe ao capital justamente convencer a população local das *benesses* advindas da execução dos seus negócios na área o que é vital para o bom funcionamento da empresa capitalista e sem o qual dificilmente pode prosperar, ou seja, é preciso que trabalhadores e sociedade em geral adiram ao projeto do capital acreditando primeiramente na sua viabilidade econômica.

³ Especialmente em relação à cafeicultura brasileira vale salientar que durante a década de 1960 verificou-se uma profunda crise de mercado a qual levou o governo os rumos de sua política agrícola, passando por uma vez a orientá-la em um primeiro momento para erradicação do café e sua substituição por pastagens e posteriormente, em algumas áreas do país pela substituição pela soja e pelo trigo.

MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO – PONTOS PARA DISCUSSÃO

José Roberto Nunes de Azevedo

Quando se atenta para o movimento do capital é preciso ressaltar também que esse direciona-se preferencialmente para setores e áreas onde é possível extrair maiores rendimentos haja vista a performance da atividade.

As nuances do movimento do capital

No caso da agroindústria canavieira é importante termos em conta que a mesma se referencia, via de regra, no emprego de técnicas modernas de Engenharia de Produção, mas dependem sobremaneira do trabalho vivo seja na lavoura quer seja na planta industrial.

Com isso, entendemos que há um falso discurso em torno da completa substituição dos trabalhadores nesse ramo de atividade ao que somamos outro elemento fundamental no Mato Grosso do Sul, qual seja, a opção por parte de algumas unidades produtivas de empregar exclusivamente mão de obra indígena e migrante.

Consideramos nesse cenário a ação proposital das entidades de representação do capital como alicerce ao processo de domínio exercido pelas empresas e seus grupos agroindústrias, na medida em que é vinculado as principais estratégias para o pleno desenvolvimento do setor.

Para estruturação do território em sua dimensão política é marcante ainda a ação do Estado que através das entidades públicas ganham contornos reais haja vista que propicia através do fornecimento de condições materiais de infra-estrutura, aportes técnicos e infra-estrutura as condições adequadas para o pleno desenvolvimento do agrohidronegócio.

Marcado por ações combinadas entre agentes nacionais e estrangeiros, o setor agroindustrial canavieiro caracterizado, no estado do Mato Grosso do Sul, a partir de uma teia de relações articuladas no território haja vista os ingredientes que se fazem ver na área.

Não obstante, coexiste no mesmo cenário a presença de empresas marcadas por um padrão de desenvolvimento típico do toyotismo, fundadas em modernas regras de gestão e organização do trabalho, com empresas que se pautam essencialmente nos mecanismos fordistas/taylorista de produção.

Isto é particularmente importante na medida em que como retrata Pochmann (2007), nas últimas décadas ocorre a difusão de um novo paradigma técnico-produtivo

MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO – PONTOS PARA DISCUSSÃO

José Roberto Nunes de Azevedo

caracterizado pela transição do método taylorista-fordista para o toyotismo que incorpora novas estratégias patronais que visa uma produtividade crescente ao mesmo tempo em que se alcança a redução dos custos de produção.

Contribui para crescente hegemonia do setor frente a outros ramos de produção como a pecuária e a própria soja que cedem lugar aos plantios de Cana-de-açúcar, aspectos essenciais como a terra disponível e com preços atrativos.

Assim, conforme pudemos constatar em Azevedo (2008), obteve-se no Mato Grosso do Sul uma arremetida significativa da soja em termos de áreas incorporadas, logo a título de exemplo, constatamos em Nova Andradina a parceria do grupo Ceronia com a Cooperativa Regional dos Produtores de Grãos do MS (Coopergrãos), com o objetivo de promover o plantio da soja em terras cedidas pela dita agroindústria canavieira, através dos cooperados, tendo em vista a rotação de cultura, o que, do ponto de vista da empresa, é um ótimo negócio mas que acabou não consolidando-se.

Em termos gerais, observamos que o governo do estado está interessado em garantir a expansão da cana-de-açúcar e, por conseguinte, o fortalecimento dos grupos empresariais no seu território, uma vez que acredita ser uma das formas de “modernizar” a mudança da produção estadual, ou seja, uma base mais diversificada, não ficando refém simplesmente do binômio boi-soja. (AZEVEDO:2008).

De fato, conforme Azevedo (2008, p. 74):

É importante apontar, neste momento, que o território é marcado por relações de poder, pois reflete os interesses de classes antagônicas, cujas reivindicações possuem bases distintas, cindidas através de alianças entre setores da mesma classe, como, por exemplo, capital financeiro e capital industrial ou no conflito de interesses numa mesma classe social, como aparentemente ocorre entre a classe dos latifundiários que vêem possibilidades diferentes nos cultivos de soja, gado versus cana-de-açúcar, em Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, no Mato Grosso do Sul temos em curso um processo importante em relação à divisão territorial do trabalho, na medida em que os novos expedientes econômicos têm colocado em relevo a produção canavieira sinalizando para substituição de outras culturas.

MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO – PONTOS PARA DISCUSSÃO

José Roberto Nunes de Azevedo

O estado do Mato Grosso do Sul configura-se como área de avanço do agrohidronegócio canavieiro e por sua natureza expansionista foi definida como marco para análise dos processos sócio-econômicos e políticos em pauta. Entendemos que existe a reestruturação de um conjunto de relações entre os diferentes agentes sociais em torno dos quais se definem os contornos das ações e articulações tomadas no território.

Assim, percebemos que há desdobramentos diretos da esfera política que implica necessariamente na dimensão espacial, ou seja, não é aleatório que tenhamos justamente nesta porção do país o avanço do agrohidronegócio nos últimos cinco anos.

Agrohidronegócio este que busca potencializar o processo de crescimento econômico do país, amparado na perspectiva crescente do aumento da produção tendo sua expressão maior no aporte destinado às exportações (Tabela 01) que por sua vez vem recebendo amplo apoio do Estado através de auxílio financeiro, conforme pudemos verificar mediante Ato Congresso Nacional nº38 de 26/10/2010⁴.

Tabela 01: Exportações do Agrohidronegócio brasileiro

| Principais estados | 2000 Valor (US\$) | 2010 Valor (US\$) |
|--------------------|----------------------|----------------------|
| São Paulo | 4.834.324.105 | 18.892.560.265 |
| Paraná | 2.954.949.161 | 9.908.278.951 |
| Rio Grande do Sul | 3.664.552.838 | 9.311.153.563 |
| Mato Grosso | 1.023.965.859 | 8.302.338.391 |
| Minas Gerais | 1.690.510.186 | 7.609.461.454 |
| Santa Catarina | 1.724.365.061 | 4.905.440.940 |
| Bahia | 724.891.519 | 3.738.504.337 |
| Goiás | 404.134.146 | 3.016.892.738 |
| Mato Grosso do Sul | 220.447.240 | 2.610.043.556 |
| Pará | 604.507.204 | 1.687.998.202 |
| Demais | 3.468.798.258 | 8.056.742.024 |
| Total | 20.710.938.373 | 76.441.416.219 |

FONTE: MAPA/SRIA (2010).

Org.: AZEVEDO, J.R.N. (2010)

Visualiza-se a partir da Tabela 01, a evolução das exportações do agrohidronegócio no Brasil entre 2000 e 2010, revelando por sinal o seu crescimento nos estados brasileiros, tendo na vanguarda o estado de São Paulo que lidera as exportações.

⁴ Conforme DOU de 27/10/2010.

MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO – PONTOS PARA DISCUSSÃO

José Roberto Nunes de Azevedo

Como aponta matéria publicada pelo Jornal O Estado de São Paulo, intitulada “A década do agronegócio⁵”, um dos desafios é justamente crescer em *commodities*: “[...] aumentando cada vez mais nossa participação no mercado e removendo gradualmente outros produtores mundiais”.

Temos nesse aspecto o estabelecimento de acirrada concorrência entre os países em torno da produção de matéria-prima o que implica na redefinição da divisão internacional do trabalho entre os principais exportadores.

Como parte desse cenário temos o bombardeio de informações transmitidas pela mídia que apresenta os resultados positivos desta moderna forma de produzir, revelando uma realidade aparente e, portanto, incapaz de reproduzir na sua totalidade os rebatimentos da expansão do capital.

Isso é possível na medida em que o capital: “[...] nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente, tanto quanto de práticas sociais salvaguardadas” (ANTUNES, 1999, p. 21).

Ou seja, a mídia reforça a importância do agrohidronegócio destacando a valorização desse modelo de produção/distribuição/circulação/consumo através das frequentes matérias sobre o seu sucesso, as quais são veiculadas com o intuito de ressaltar os resultados das safras tendo em vista o mérito da produção e exportação do açúcar, café, suco de laranja, soja, além da carne bovina, suína e de frango etc.

Através das informações que identificamos no decorrer da investigação ora apresentada, podemos assegurar que as marcas do processo de reestruturação produtiva do capital na agroindústria canavieira são fortes e podem ser apreendidas em meio às transformações que estão em curso, fundamentalmente no âmbito financeiro, o que repercute diretamente no incremento de investimento de capitais na esfera produtiva, tecnológica e mercadológica. Influenciando, de fato, no próprio reordenamento territorial da cultura de Cana-de-açúcar e da sua expansão em área cultivada.

A arrancada da agroindústria no Brasil ocorre no final dos anos 1950 com a implantação das primeiras indústrias de tratores e implementos agrícolas. De uma maneira geral, podemos dizer em relação às agroindústrias que no país desde meados da década de 1960 surge a denominação de Complexo Agroindustrial (CAI) e que se

⁵ Publicada em 16/01/2004.

MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO – PONTOS PARA DISCUSSÃO

José Roberto Nunes de Azevedo

desenvolve em decorrência das transformações em que passa o campo nesse momento histórico, fundamentalmente vinculado ao que passou a ser denominado de modernização agrícola e expressão direta da crescente mecanização da agricultura brasileira e que tem seu assento justamente na ideologia nacional-desenvolvimentista em projeção no país.

De fato, não é demais lembrar que nesse período da história brasileira o campo era visto por parcela significativa da sociedade e da ala política como empecilho para o pleno desenvolvimento, sinal de estagnação e atraso sendo uma alternativa a modernização.

Nesse ambiente altamente efervescente da economia nacional a Reforma Agrária realmente não foi a aposta e o resultado dessa medida foi justamente a concentração de terras e expropriação de trabalhadores rurais sem terra, camponeses da terra em nome da dita modernização conservadora.

Inclusive, é nesse bojo que temos com o Estatuto da Terra implementado em 1967, legislação e instrumento legal da Reforma Agrária sancionada pelo governo militar do Marechal Castelo Branco e que tem relação direta com o fato da agricultura tornar-se presa fácil ao capital estrangeiro.

Nesse processo tivemos a implantação no Brasil de um setor industrial produtor de bens de produção voltados para atender especificamente as demandas da agricultura (DELGADO, 1985).

Observa-se, nesse cenário, que a consolidação desse momento se dá com o beneficiamento dos produtos de origem agropecuária, que naquele momento ora era direcionado ao mercado interno ora para exportação.

Não obstante, é justamente em termos da literatura internacional voltado a esse assunto que vamos encontrar a denominação amplamente utilizada nos dias atuais “*Agrobusiness*” e que foi amplamente destacada a partir dos países ricos, particularmente dos EUA, mas que hoje é sinônimo de produção para o mundo e é empregada em todas as áreas do mundo para definir esse momento atual que vincula as atividades agropecuárias, sua produção e conseqüente transformação na planta fabril.

Não é preciso ir longe para encontramos manchetes nos jornais e revista em todo país sobre a importância do Agrohidronegócio, conceito que apela em um primeiro momento para destacada produção nacional de artigos de primeira ordem quando o

MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO – PONTOS PARA DISCUSSÃO

José Roberto Nunes de Azevedo

assunto é alimento, especialmente soja, laranja, milho, Cana-de-açúcar etc.

De fato, como consequência direta basta observarmos as publicações de entidades como a FAO para verificarmos que o país situa-se entre os principais exportadores agrícolas mundiais, tendo uma balança comercial favorável e índices de crescimentos elevados, sobretudo na última década.

Embora entendamos que o agrohidronegócio seja caracterizado por um processo desigual no quais as riquezas estão concentradas nas mãos de poucas pessoas e empresas e desta forma não propícias condições mínimas para o conjunto da população é colocado pela mídia em geral os resultados inigualáveis do superávit comercial do agrohidronegócio brasileiro.

Todavia, é preciso clareza em relação a alguns pontos: Primeiramente não podemos titubear quando analisamos no Brasil a produção resultante das pequenas e médias propriedades as quais são responsáveis pelo abastecimento de parcela fundamental das famílias do nosso país.

Do mesmo modo, mesmo sabendo da diversidade da produção existente, temos que ter ciência do fato que é privilegiado primeiramente o mercado internacional e não com o abastecimento interno. Logo, se fala em gerar capital excedente, mas não se pensa na inserção dos produtores rurais pauperizados que de forma cada vez mais corriqueiras são engolidos pelo turbilhão do agrohidronegócio nas diferentes porções do país, sem hesitar.

Por sinal, temos por parte do agrohidronegócio a utilização de estratégias que têm permitido a incorporação crescente de novas áreas como a que temos verificado no Centro-Oeste brasileiro, sendo a ocupação seletiva do espaço pelo capital.

Nota-se nessa trajetória que a incorporação da técnica por si só não basta e que novas bases são lançadas para o pleno domínio das terras e das águas, haja vista que não somente o que está na superfície é apropriado pelo capital, mas os recursos do subsolo.

Não obstante os elementos naturais não são vistos mais como barreiras à incorporação do território pelo capital, sendo que as fronteiras agrícolas se remodelam a cada dia ao sabor da corrida pela hegemonia econômica dos grupos envolvidos. Nesse quadro os biomas naturais existentes são incorporados a lógica dos negócios e postos em termos de rentabilidade. Sendo assim, áreas de cerrado são apropriadas para

MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO – PONTOS PARA DISCUSSÃO

José Roberto Nunes de Azevedo

expansão da soja e da Cana-de-açúcar, por exemplo.

Do ponto de vista propriamente do espraiamento da Cana-de-açúcar devemos sinalizar amparados em Thomaz Junior (2002), que, na verdade, aonde esta apresenta-se mais concentrada, conformando-se em manchas contínuas, é onde também se concentra o maior número de empresas, tão logo, observa-se, que a distribuição está ligada à mancha de Cana-de-açúcar e, portanto, não respeita as fronteiras político-administrativas.

Sob a ótica dos organismos internacionais como Banco Mundial, FAO, Departamento do Estado Americano o desenvolvimento destas atividades são entendidas como fatores fundamentais para o desenvolvimento, para alimentação etc., mas não se coloca em questão, por exemplo, o respeito às comunidades indígenas existentes nas áreas, quilombolas e camponesas. Bem como não se coloca na balança os impactos ambientais causados por utilização desenfreada de veneno e pesticidas em geral.

Temos a definição no limiar do século XXI de novas territorialidades expressas pelo movimento do capital no âmbito do setor canavieiro, o que marca um processo de reordenamento territorial caracterizado principalmente por espaços de produção altamente sincronizados com a dinâmica do agrohidronegócio que tende a selecionar as melhores porções do território para desenvolver suas atividades.

Considerações Finais

Entendemos que é preciso estabelecer a discussão da produção agropecuária no Brasil a partir de um novo ângulo, marcadamente do trabalho. Vista nessa direção temos a organização trabalhista (coletiva) a qual forma uma ação em conjunto que tem consequências históricas. A coletividade é mais do que pontual no sentido de reivindicações, pois as decisões e as movimentações realizadas coletivamente incidem, obrigatoriamente, na projeção das condições de trabalho e vida dos trabalhadores na perspectiva histórica.

Sendo assim, podemos afirmar que concomitantemente ao fluxo de capitais, há direcionamento de investimentos preferencialmente para determinadas áreas mais competitivas economicamente e promissoras. Não obstante, esses investimentos são

MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO – PONTOS PARA DISCUSSÃO

José Roberto Nunes de Azevedo

capazes por inserir cada vez mais o agrohidronegócio no mercado financeiro considerando-se para isso o aperfeiçoamento do crédito e capacidade de endividamento das empresas.

Por outro lado, a mobilidade do capital tem provocado transformações de grande vulto nesta porção do país na medida em que a subordinação estrutural hierárquica do trabalho intensifica os processos de exploração da mão de obra. Denota-se, desta forma, além do próprio Mato Grosso do Sul, grande volume de investimentos direcionados para as porções Oeste do estado de São Paulo, assim como, para outros estados do País, sobretudo Minas Gerais (Triângulo Mineiro), Norte do Paraná, Sudoeste de Goiás, Norte fluminense⁶.

Logo, é marcante a aliança existente entre o poder econômico e político, estando na base de sustentação das medidas e providências das ações vinculadas ao campo.

A organização produtiva territorial brasileira teve, portanto, como direcionador o Estado numa espécie de parceria público-privada não explicitada, porém negociada via empréstimos com juros inofensivos para o pagamento do capital emprestado pelo Estado as instituições internacionais de crédito; assim, a classe dominante favorecida ao pagar os empréstimos para o governo federal não era capaz de subtrair o montante da dívida externa brasileira, já que os juros eram diferenciados.

O Estado arcou com o endividamento público federal para favorecer latifundiários e empresários brasileiros e, deste modo, permitiu a dependência aos capitais internacionais e o domínio geopolítico dos mesmos sobre o território nacional.

Assim, os programas públicos de financiamentos e incentivos ao setor agroindustrial canavieiro atrelaram a economia nacional à dependência dos mercados externos, grosso modo, o Estado brasileiro optou por integrar o mercado como fornecedor de *commodities*.

Destacamos ainda a diminuição das taxas de custos para a necessidade em subtrair custos a mão de obra brasileira é perfeita, pelos baixos salários, em suma, as condições do Estado, jurídicas e econômicas, promoveram a ampliação dos investimentos no setor agroindustrial canavieiro.

⁶ Thomaz Junior (2009), em sua Tese de Livre-Docência chama atenção para essa porção do país (com exceção do Norte Fluminense) devido sua performance produtiva, e a denomina como: “Polígono do Agronegócio no Brasil”.

MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO – PONTOS PARA DISCUSSÃO

José Roberto Nunes de Azevedo

Todo o aparato desenvolvimentista do Estado, da classe dominante nacional em consórcio com o capital internacional inviabilizaram melhorias nas condições de vida dos trabalhadores do setor agroindustrial canavieiro, diante disso, entendemos que o jogo do Estado é o mesmo das políticas institucionalizadas pelos organismos internacionais de crédito, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, sem qualquer preocupação com a classe-que-vive-do-trabalho.

Na atual conjuntura os papéis econômicos e políticos não figuram como certos, ou seja, mesmo o capital internacional sendo soberano ele também entra em crise e não consegue avançar seus investimentos diretos sobre o território nacional de forma definitiva, porém não nos enganemos com a volatilidade destes capitais, eles se metamorfoseiam conforme a necessidade; assim, expandem investimentos ou os retraem a partir da subtração ou aumento das taxas de lucros.

O mesmo afirmamos quanto ao capital agroindustrial canavieiro, pois este não é vítima do capitalismo globalizado, ele metaboliza-se em conformidade as especulações necessárias para a ampliação de seus ganhos reais e simbólicos.

Assim, a expansão e retração dos investimentos do capital nacional, em consórcio ao capital internacional, efetiva-se pela colaboração política, econômica e tecnológica, num jogo articulado de relações onde as manobras e estratégias são elaboradas tendo em vista maximizar a reprodução do capital em nível mundial.

As relações econômicas, sociais e políticas imperiosas para os trabalhadores são forjadas anteriormente pelos acordos que beneficiam constantemente as elites nacionais e internacionais; assim, a Geopolítica agroindustrial faz-se também pelas lutas de classes, quando os trabalhadores fazem greves, paralisações, protestos, resistências e sabotagens, pois esses elementos de lutas interferem diretamente na plantação, colheita e industrialização da Cana-de-açúcar.

Deste modo, os capitalistas organizam-se em esfera mundial para não sofrerem as consequências de forma ampliada quando os trabalhadores se organizarem politicamente; assim, o fluxo de capitais que tem seu início no aparelho produtivo e mercadorias inauguradas com maior intensidade a partir da década de 1980 tem permitido maior controle produtivo e comercial por parte das classes dominantes nacionais e internacionais em todo mundo conforme apontou inúmeros estudiosos da questão agrária no Brasil.

**MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO –
PONTOS PARA DISCUSSÃO**

José Roberto Nunes de Azevedo

Diante dessas questões é mais do que pertinente pensarmos as relações de poder pelo ponto de maior impacto nas relações comerciais internacionais no presente e também como ponto especulativo para o futuro, isto é, as relações no setor de energia a partir dos biocombustíveis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico social.** São Paulo: USP, 1994.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

AZEVEDO, J. R. N. **As ações do agrohidronegócio, o papel do Estado e as formas de controle do trabalho no Mato Grosso do Sul.** Presidente Prudente: UNESP, 2013. (Doutorado em Geografia).

AZEVEDO, J. R. N. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul.** Dourados/MS: UFGD, 2008. (Mestrado em Geografia)

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo, ICONE, Campinas, UNICAMP, 1985.

POCHMANN, M. **Emprego na globalização.** São Paulo: Boitempo, 2007.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI.** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por Trás dos Canaviais, os Nós da Cana.** São Paulo: FAPESP, 2002a.

José Roberto Nunes de Azevedo - Professor da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Editor da Revista Cosmos (ISSN:1679-0650). Licenciado e Bacharel em Geografia pela FCT/UNESP/Presidente Prudente -SP aonde também fez o Doutorado em Geografia (2013) na área de concentração: Produção do Espaço Geográfico. Mestrado em Geografia pela UFGD - MS (2008). Exerceu o cargo de professor de Geografia junto a Secretaria de Educação do estado do Mato Grosso do Sul entre 2006-2007. Membro da Comissão Científica da Revista Pegada - UNESP (ISSN: 1676-3025); Co-autor dos livros: Questões básicas sobre a pesquisa científica (ISBN:978-85-7917-047-8) e Nas veredas do trabalho - O Sindetanol (ISBN: 978-85-8097-256-6).

Agrademos ao apoio da CAPES e da FAPESP pelas Bolsas de estudos concedidas.

**MOBILIDADE DO CAPITAL E EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO –
PONTOS PARA DISCUSSÃO**

José Roberto Nunes de Azevedo

Recebido para publicação em 21 de janeiro de 2017.

Aceito para publicação em 03 de abril de 2017.

Publicado em 19 de abril de 2017.

DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2317-9430.2017v6n9p105>